PETROBRAS

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Petrobras Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ Nº 05.195.759/0001-90 (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhor Acionista,

Cumprindo os preceitos legais e disposições de seu estatuto social, apresentamos as Demonstrações Contábeis da Petrobras Comercializadora de Energia S.A. (PBEN), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras emitido pela KPMG Auditores Independentes.

A PBEN é uma empresa subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, com participação societária de 100% das ações da companhia. Seu objeto social consiste no comércio, na importação e na exportação de energia elétrica e de vapor d'água, bem como de produtos das indústrias de geração e co-geração de energia elétrica em geral; e também a prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as aludidas atividades.

A PBEN é Agente de Comercialização de Energia Elétrica, devidamente autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos termos da Resolução nº 432, de 20 de agosto de 2002, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Henrique Valadares, 28 - 15° andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.195.759/0001-90.

Desempenho Econômico:

A fonte de receita operacional da PBEN decorre das operações de compra e venda de energia elétrica dentro do ambiente regulado ou livre do Sistema Interligado Nacional.

Em 2021, a PBEN apresentou um Lucro Bruto de R$ 45.859 mil, sendo 9% superior em relação ao ano anterior (R$ 41.957 mil). Este resultado é explicado, principalmente, pelo incremento de 24% no volume comercializado entre os períodos. As despesas gerais e administrativas reduziram em 14% na comparação de 2021 com 2020 principalmente em função da redução dos gastos com as contribuições à CCEE, auditoria externa e honorários com os Conselheiros Fiscais.

O EBITDA da PBEN em 2021 alcançou R$ 44.943 mil, frente aos R$ 38.863 mil realizado em 2020, o que resultou em um acréscimo de 16%. O Lucro Líquido obtido em 2021 foi de R$ 31.477 mil, o que representou um acréscimo de 12% na comparação com o exercício anterior de R$ 28.230 mil.

Comercialização:

Em 2021, o preço médio de realização (PMR) foi de R$ 276,36/MWh contra R$ 228,10/MWh em 2020, e o custo médio de aquisição (CMA) foi de R$ 195,28/MWh em 2021 contra R$ 136,03/MWh em 2020, o que refletiu na redução da margem bruta (2020: 40%, 2021: 29%).

O mercado de energia ao longo do exercício de 2021 se caracterizou por (i) uma elevada volatilidade dos preços no curto prazo, influenciada majoritariamente por questões climáticas e (ii) ampliação do mercado livre prioritariamente entre empresas de pequeno porte. Essas mudanças geram oportunidades e riscos na atuação da companhia nesse mercado. A administração da PBEN avalia como positivo o potencial de oportunidades para o futuro do mercado livre.

Resultado Financeiro Líquido:

Quanto ao resultado financeiro, observou-se uma redução de 5% (2021: R$ 2.527 mil, 2020: R$ 2.650 mil), decorrente, principalmente, da menor receita com aplicações financeiras e recebíveis de ativo financeiro (R$ 203 mil) e de menores juros recebidos de clientes (R$ 203 mil), compensada pela maior atualização de impostos e contribuições a recuperar (R$ 349 mil).

Imposto de Renda e Contribuição Social:

O efeito combinado dos resultados financeiro e operacional ocasionou o aumento do lucro tributável (2021: R$ 47.453 mil, 2020: R$ 41.496 mil) em 14%. Dessa forma, houve uma maior despesa de imposto de renda e contribuição social (2021: R$ 15.976 mil, 2020: R$ 13.266 mil).

Compromissos e Agradecimentos:

A PBEN assume o compromisso com a confiabilidade em suas operações de compra e venda de energia elétrica realizadas no ambiente de comercialização da CCEE, obedecendo aos preceitos legais e às regras e procedimentos de comercialização de energia, com excelência comercial e de gestão, pautada na responsabilidade social e ambiental de suas ações.

Reconhecemos que 2022 ainda será um ano de incertezas para o setor e alterações regulatórias estão sendo desenhadas. Isso exigirá de nós cautela e austeridade, por meio de um planejamento criterioso e de uma execução precisa, para entregar ao nosso acionista o desempenho financeiro desejado.

Registramos nosso reconhecimento e os mais sinceros agradecimentos aos nossos parceiros, instituições, conselheiros fiscais e acionista.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2022.

Marcelo de Andrade
Diretor e Presidente Interino

Luis Ramos Coiradas
Diretor

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		3	1
Contas a receber - clientes	5.1	19.541	14.405
Contas a receber - FIDC	5.2	65.517	57.497
Imposto de renda e contribuição social	10.1	383	3.335
Impostos e contribuições	10.1	1.496	7.373
		86.940	82.611
Não Circulante			
Depósitos Judiciais		60	55
Impostos e contribuições	10.1	6.420	2.780
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	408	583
Imobilizado	6	152	169
		152	169
		93.980	**86.198**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	7	9.046	6.693
Arrendamentos Mercantis	8	17	25
Imposto de renda e contribuição social	10.1	10.846	9.935
Impostos e contribuições	10.1	481	273
Dividendos propostos	11.3	7.476	4.513
Outras contas a pagar		4	3
		27.870	21.442
Não Circulante			
Arrendamentos Mercantis	8	145	157
Provisão para processos judiciais	17	–	2.869
		145	3.026
		28.015	24.468
Patrimônio líquido	11		
Capital social		40.577	40.577
Reservas de lucros		25.388	21.153
		65.965	61.730
		93.980	**86.198**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita de venda de energia	12	156.303	103.940
Custo de energia vendida	13.1	(110.444)	(61.983)
Lucro bruto		45.859	41.957
Receitas (despesas)			
Vendas	13.2	61	16
Gerais e administrativas	13.3	(2.497)	(2.906)
Tributárias		(173)	(206)
Outras receitas (despesas), líquidas	14	1.676	(15)
		(933)	(3.111)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		44.926	38.846
Resultado financeiro líquido	15	2.527	2.650
Receitas financeiras		2.019	2.425
Despesas financeiras		(25)	(31)
Variações monetárias, líquidas		533	256
Lucro antes dos impostos		47.453	41.496
Imposto de renda e contribuição social	10.3	(15.976)	(13.266)
Lucro líquido do exercício		**31.477**	**28.230**
Lucro básico e diluído por ação (em R$)	11.4	0,78	0,70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	31.477	28.230
Resultado abrangente total do exercício	**31.477**	**28.230**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Reservas de lucros			
	Capital subscrito e integralizado	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**70.372**	**14.074**	**20.077**	**–**	**104.523**
	70.372	–	–	34.151	104.523
Dividendos adicionais aprovados	–	–	(20.077)	–	(20.077)
Aumento de capital com reservas	14.074	(14.074)	–	–	–
Redução de capital	(54.000)	–	–	–	(54.000)
Aumento de capital - por incorporação TMC	10.131	–	–	–	10.131
Variações patrimoniais - por incorporação TMC	–	–	–	(488)	(488)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	28.230	28.230
Destinação:					
Apropriações do lucro líquido em reserva	–	1.387	–	(1.387)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	(2.076)	(2.076)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(4.513)	(4.513)
Dividendos adicionais propostos	–	–	19.766	(19.766)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**40.577**	**1.387**	**19.766**	**–**	**61.730**
	40.577	–	–	21.153	61.730
Dividendos adicionais pagos	–	–	(19.766)	–	(19.766)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	31.477	31.477
Destinação:					
Apropriações do lucro líquido em reserva	–	1.574	–	(1.574)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(7.476)	(7.476)
Dividendos adicionais propostos	–	–	22.427	(22.427)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**40.577**	**2.961**	**22.427**	**–**	**65.965**
	40.577	–	–	25.388	65.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	31.477	28.230
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	17	17
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(2.018)	(2.221)
Encargos financeiros sobre passivos de arrendamentos	14	19
Reversões de perdas de crédito esperadas	(61)	(16)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	175	(144)
Provisão (baixa) para processos judiciais e administrativos	(2.869)	15
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	(5.075)	46.577
Depósitos judiciais	(5)	81
Impostos e contribuições	5.189	3.632
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	2.353	(73.125)
Impostos e contribuições	15.555	13.552
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.436)	(3.372)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	30.316	13.245
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgate (Aplicação) em recebíveis de ativos financeiros	(6.002)	61.910
Disponibilidades - incorporação TMC	–	7.718
Recursos líquidos (utilizados) gerados pelas atividades de investimentos	(6.002)	69.628
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Redução de Capital	–	(54.000)
Amortização de arrendamentos mercantis	(33)	(30)
Dividendos pagos	(24.279)	(28.845)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(24.312)	(82.875)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes no exercício	2	(2)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	2
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021	2020
Receitas		
Venda de energia e outras receitas	171.462	114.552
Reversões de perdas de crédito esperadas	61	16
	171.523	114.568
Insumos adquiridos de terceiros		
Produtos para revenda	(110.444)	(61.983)
Serviços de terceiros e outros	(804)	(2.904)
Créditos fiscais sobre produtos para revenda	(808)	(8.385)
	(112.056)	(73.272)
Valor adicionado bruto	59.467	41.296
Depreciação e amortização	(17)	(17)
Valor adicionado líquido produzido pela empresa	59.450	41.279
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias	2.552	2.681
Valor adicionado a distribuir	62.002	43.960
Distribuição do valor adicionado		
Tributos		
Federais	30.500	15.699
Estaduais	–	–
	30.500	15.699
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	25	31
	25	31
Acionistas		
Dividendos	7.476	4.513
Juros sobre o capital próprio	–	2.076
Lucros retidos	24.001	21.641
	31.477	28.230
Valor adicionado distribuído	62.002	43.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

Petrobras Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ Nº 05.195.759/0001-90 (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras findas em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Comercializadora de Energia S.A. ("PBEN ou Companhia"), controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, foi constituída em 16 de maio de 2002, tendo por objeto social o comércio, a importação e a exportação de energia elétrica e de vapor d'água, bem como de produtos das indústrias de geração e co-geração de energia elétrica em geral; e também a prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as aludidas atividades, sendo-lhe facultada a participação no capital de outras empresas, respeitadas as normas e os regulamentos que lhe forem aplicáveis.

Em 29 de junho de 2018 foi aprovada em Reunião de Sócios Quotistas a transformação da PBEN em sociedade anônima, em atendimento à Lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e ao Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, que determinam a obrigatoriedade de adoção do tipo societário de sociedade anônima para empresas estatais.

A Companhia mantém transações relevantes com a sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta, na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Destaques do exercício

Em virtude da pandemia do Coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a Companhia adotou e segue com providências para preservar a saúde de seus colaboradores, bem como proporcionar maior prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas. A Companhia segue acompanhando a evolução do Coronavírus e avaliando a necessidade de novas medidas, alinhada ao seu acionista controlador.

Não houve impactos nas informações contábeis do período em função dos efeitos da COVID-19.

A PBEN se mantém monitorando o mercado com o objetivo de avaliar novas oportunidades de operações de compra e venda de energia que sejam atrativas para a Companhia e novos negócios, e buscando operações de curto, médio ou longo prazo de modo a aumentar o seu resultado. O mercado de energia ao longo do exercício de 2021 se caracterizou por (i) uma elevada volatilidade dos preços no curto prazo, influenciada majoritariamente por questões climáticas e (ii) ampliação do mercado livre prioritariamente entre empresas de pequeno porte.

O volume comercializado pela empresa em 2021 apresentou um acréscimo de 24% quando comparado com o ano de 2020 e seu preço médio de realização (PMR) também apresentou um acréscimo, da ordem de 21%, quando comparados os exercícios de 2021 com 2020.

O lucro bruto de 2021 teve um aumento de 9% em relação a 2020, refletindo uma melhora na margem bruta. Isso reflete as oportunidades no ambiente de contratação livre efetivadas principalmente ao longo de 2021, que resultaram em uma margem na comercialização de energia superior ao ano anterior. O lucro líquido teve um acréscimo de 12% na comparação com o exercício anterior impulsionado, principalmente, pelo aumento ocorrido no lucro bruto.

1.2. Reestruturação societária

Em 12 de março de 2020, com o objetivo de otimizar a carteira de Participações do Grupo Petrobras, a controladora aprovou o plano de incorporação da Termomacaé Comercializadora de Energia S.A. – TMC pela PBEN.

Em 12 de junho de 2020, foi aprovada em assembleia geral de ambas as Companhias, a incorporação da TMC nos termos do protocolo de incorporação e justificativa, por meio da versão integral do patrimônio líquido da TMC para a PBEN, avaliado a valor contábil no montante de R$ 10.131, na data base de 31 de dezembro de 2019, sendo assim registrado como aumento de capital. As variações patrimoniais ocorridas após a data de emissão do laudo, no montante de R$ 488, foram assumidas pela incorporadora, extinguindo e sucedendo-a em todos os direitos e obrigações.

O acervo líquido de incorporação da TMC pode ser assim sumarizado:

Ativo	2019	Passivo	2019
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	2	Fornecedores	67
Contas a receber - clientes	1	Arrendamentos mercantis	21
Contas a receber - FIDC	8.146	Impostos e contribuições	1
Imposto de renda e contribuição social	1.754		89
Impostos e contribuições	3.012		
	12.915		
		Não Circulante	
Não Circulante		Provisão para processos judiciais e administrativos	2.840
Realizável a longo prazo		Arrendamentos mercantis	328
Depósitos judiciais	133		3.168
	133		
		Patrimônio líquido	
		Capital social realizado	8.719
Imobilizado	340	Reservas de lucros	1.412
	340		10.131
	13.388		13.388

As duas Companhias são subsidiárias integrais da Petrobras, portanto não foram atribuídas ações da PBEN aos acionistas da TMC, que teve a totalidade das ações extinta.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. O sumário das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras está apresentado nas suas respectivas notas explicativas, conforme indicado na nota explicativa 3.

A Administração da Companhia, em reunião realizada em 07 de março de 2022, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto de demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da empresa é o Real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Novas normas e interpretações

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2021.

Norma	Descrição	Data de vigência
Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020.	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1-First-time Adoption of International Financial Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9-Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022
Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21-Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022
Onerous Contracts - Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37	Estabelece alterações no IAS 37-Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022
Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.	1º de janeiro de 2022
Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023
IFRS 17 - Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4-Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023
Disclosure of Accounting Policies - Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023
Definition of Accounting Estimates - Amendments to IAS 8	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023
Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction - Amendments to IAS 12	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e intepretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. As emendas das IFRS contidas acima não foram emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2021. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2021, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC Nº 19	*Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020* *Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3* *Onerous Contracts - Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37* *Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16*	1º de janeiro de 2022
Pronunciamento Técnico CPC 50	IFRS 17 – Insurance Contracts	1º de janeiro de 2023

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis da Companhia são consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicada na preparação das demonstrações financeiras, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos, quando aplicáveis, são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). A Companhia não efetuou nenhuma transação com instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração, e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a Companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingência são apresentadas na nota explicativa 17.

4.2. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 10.2.

continua

Petrobras Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ Nº 05.195.759/0001-90 (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

continuação

4.3. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia realiza julgamento de tais premissas e na seleção dos *inputs* para cálculo das perdas de crédito esperadas.

As movimentações das perdas em créditos esperadas estão demonstradas na nota 5.4.

5. Contas a receber

5.1. Contas a receber, líquidas

	2021	2020
Venda de energia elétrica (a)	1.825	146
Liquidação Financeira - CCEE (b)	1.064	1.237
Partes relacionadas (nota explicativa 9.1)	17.871	14.302
	20.760	15.685
Perdas de crédito esperadas - PCE (c)	(1.219)	(1.280)
	19.541	**14.405**

(a) Refere-se aos recebíveis de venda de energia dos contratos bilaterais, celebrados no ambiente de contratação livre.

(b) Refere-se aos recebíveis de liquidação financeira na Câmara de Liquidação de Energia Elétrica.

(c) Refere-se à provisão para perdas de créditos esperadas relacionada às liminares e agentes desligados por descumprimento de obrigações, dentre elas a inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Liquidação Financeira de Energia Elétrica - CCEE.

5.2. Recebíveis de ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 65.517 (R$ 57.497 em 31 de dezembro de 2020), representa os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é, principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

A exposição da empresa ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 18.

Prática contábil

As contas a receber de venda de energia elétrica são classificadas como ao custo amortizado, os recebíveis de ativos financeiros como valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

a) Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

b) Definição de inadimplência (*default*)

A Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

c) Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

5.3. *Aging* do contas a receber vencido - terceiros

	2021	2020
Acima de 12 meses	1.219	1.280
	1.219	1.280

5.4. Movimentação das perdas em créditos esperadas – PCE

	2021	2020
Saldo inicial	(1.280)	(1.296)
Reversões (Adições)	61	16
Saldo final	(1.219)	(1.280)

6. Imobilizado

Com adoção do CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2019, os ativos de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

	Direito de uso - Edificações e Construções
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**188**
Custo - Remensuração	(2)
Depreciação	(17)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**169**
Custo	202
Depreciação	(33)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**169**
Depreciação	(17)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**152**
Custo	202
Depreciação	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**152**

Prática contábil

Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

7. Fornecedores

	2021	2020
Terceiros	8.491	5.409
Partes relacionadas (NE nº 9.1)	555	1.284
	9.046	6.693

Representam, principalmente, as compras de energia elétrica de curto prazo para honrar os compromissos de venda. O aumento no exercício refere-se ao maior volume contratado, para fazer face aos contratos de venda de energia celebrados.

8. Arrendamentos mercantis

A Companhia firmou, em 23 de janeiro de 2017, contrato de sublocação de uma sala com a Petrobras (sublocadora), localizada no Edifício Centro Empresarial Senado, no Rio de Janeiro-RJ, que teve início em 01 de fevereiro de 2017 e terá término em 03 de setembro de 2030.

A movimentação contábil do arrendamento reconhecido como passivo está demonstrada a seguir:

	Saldo final em 31.12.2019	Remensuração	Segregação CP LP	Pagamentos de Principal	Pagamentos de Juros	Encargos no exercício	Saldo final em 31.12.2020
País - curto prazo	28	–	9	(15)	(15)	18	25
País - Longo Prazo	168	(2)	(9)	–	–	–	157
Total	196	(2)	–	(15)	(15)	18	182

	Saldo final em 31.12.2020	Remensuração	Segregação CP LP	Pagamentos de Principal	Pagamentos de Juros	Encargos no exercício	Saldo final em 31.12.2021
País - curto prazo	25	–	11	(19)	(14)	14	17
País - Longo Prazo	157	(1)	(11)	–	–	–	145
Total	182	(1)	–	(19)	(14)	14	162

A tabela a seguir apresenta os vencimentos destes contratos:

Vencimento em	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**17**	**26**	**23**	**21**	**19**	**56**	**162**

Prática contábil

A classificação contábil das operações de arrendamento mercantil operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes são de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados a taxa incremental nominal sobre empréstimos da Companhia, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

9. Partes relacionadas

9.1. Transações comerciais por operação com empresas do sistema

A Companhia possui política de Transações com Partes Relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Esta política orienta as empresas do Sistema Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, com base nas seguintes regras e princípios:

- Priorização dos interesses da Companhia independente da contraparte no negócio;
- Aplicação de condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesses da Companhia;
- Condução de transações sem conflito de interesses e em observância às condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias, conforme aplicável, ou com pagamento compensatório adequado; e
- Divulgação de forma adequada e tempestiva em observância à legislação vigente.

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da Companhia.

	Petrobras	Transpetro	2021 Total	2020 Total
Ativo				
Circulante				
Contas a receber, principalmente por venda de energia (NE nº 5)	–	17.871	17.871	14.302
	–	17.871	17.871	14.302
Passivo				
Circulante				
Fornecedores, principalmente por compra de energia (NE nº 7)	555	–	555	1.284
Arrendamentos mercantis (NE nº 8)	17	–	17	28
Dividendos propostos	7.476	–	7.476	4.513
Não Circulante				
Arrendamentos mercantis (NE nº 8)	145	–	145	168
	8.193	–	8.193	5.993
Resultado				
Receita de venda de energia (NE nº 12)	–	155.944	155.944	112.418
Custo de energia vendida (NE nº 13.1)	(23.644)	–	(23.644)	(17.702)
Compartilhamento de gastos com a Petrobras	(1.991)	–	(1.991)	(2.026)
Aluguéis e taxas de imóveis	(20)	–	(20)	(13)
Despesas financeiras - arrendamentos	(14)	–	(14)	(19)
	(25.669)	155.944	130.275	92.658

9.2. Remuneração da administração da empresa

A remuneração global dos administradores da Companhia foi fixada no valor de R$ 75, para o período compreendido entre abril de 2021 e março de 2022, pela 22ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2021. Em 2020, os membros da diretoria não receberam verbas remuneratórias da PBEN. Em 2021 encontra-se provisionado o saldo de R$ 19.

10. Tributos

10.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de Renda (i)	–	1.455	8.489	7.635
Contribuição Social (i)	–	1.373	2.357	2.300
	–	2.828	10.846	9.935

Imposto de renda, contribuição social, ICMS e PIS/COFINS

	Ativo Não Circulante	
	2021	2020
Imposto de Renda (ii)	3.385	1.772
Contribuição Social (ii)	2.466	996
ICMS	–	12
PIS/COFINS (iii)	569	–
	6.420	2.780

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2021	2020	2021	2020
ICMS	–	–	481	273
PIS/COFINS (iv)	1.496	7.368	–	–
Imposto de Renda (v)	383	507	–	–
Outros impostos e contribuições federais retidos de terceiros	–	5	–	–
	1.879	7.880	481	273

(i) Ativo Circulante: refere-se a imposto de renda e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores.

(i) Passivo Circulante: refere-se ao processo de apuração mensal de IRPJ e CSLL, líquida das respectivas antecipações.

(ii) Refere-se à base negativa de imposto de renda e de contribuição social de exercícios anteriores com processos de pedido de restituição junto à RFB.

(iii) Refere-se à ação judicial da TMC relativa ao crédito da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS de exercícios anteriores, transitado em julgado a favor da PBEN em 21 de setembro de 2021.

(iv) Refere-se, principalmente, a créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de energia elétrica.

(v) Refere-se, principalmente, a imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicação financeira.

A Companhia monitora periodicamente seus créditos tributários, com o intuito de garantir sua efetiva recuperabilidade.

10.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Atualização monetária de depósitos judiciais	Perdas de Crédito Esperadas	Arrendamentos Mercantis	Provisão para processos judiciais	Total
Em 1º de janeiro de 2020	(4)	445	2	–	443
Reconhecido no resultado do exercício	–	(6)	2	148	144
Efeitos Incorporação TMC	–	–	–	(4)	(4)
Em 31 de dezembro de 2020	(4)	439	4	144	583
Reconhecido no resultado do exercício	(6)	(21)	–	(148)	(175)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(10)	418	4	(4)	408

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos saldos fiscais diferidos é a seguinte:

	Ativos	Passivos
2022 em diante	408	–
Parcela registrada contabilmente	408	–

continua

Petrobras Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ Nº 05.195.759/0001-90 (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

continuação

10.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Lucro antes dos impostos	47.453	41.496
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(16.134)	(14.109)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	138	813
Outros	20	30
Imposto de renda e contribuição social	(15.976)	(13.266)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(175)	144
Imposto de renda e contribuição social correntes	(15.801)	(13.410)
	(15.976)	(13.266)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	33,7%	32,0%

Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do exercício que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital subscrito e integralizado no valor de R$ 40.577 está representado por 40.577.412 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou sobre o aumento de capital, no montante de R$ 14.074, mediante a capitalização integral do saldo da reserva legal de 31 de dezembro de 2019, e sobre a redução de capital, no montante de R$ 54.000, por julgar o capital social da Companhia excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76.

Em 12 de junho de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou sobre o aumento de capital no montante de R$ 10.131, reflexo da incorporação da TMC.

Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

11.2. Reservas de Lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

11.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia.

Em AGO de 31 de março de 2020, foram aprovados os dividendos no montante de R$ 26.769, referentes ao lucro de 2019, os quais foram pagos na sua totalidade em maio de 2020.

O saldo de dividendos relativo ao resultado do exercício de 2020, no montante de R$ 26.355, sendo R$ 2.076 pagos antecipadamente em 18 de dezembro de 2020 sob a forma de Juros Sobre Capital Próprio, foi aprovado por meio de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, e pago (R$ 24.279) à Petrobras em 25 de junho de 2021.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	2021	2020
Lucro do exercício	31.477	28.230
Efeito da Incorporação TMC	–	(488)
Base para determinação da Reserva de Lucro	31.477	27.742
Apropriação:		
Reserva legal	(1.574)	(1.387)
Lucro básico para determinação do dividendo	29.903	26.355
Dividendos propostos:		
Dividendos mínimos obrigatórios (equivalentes a 25% do lucro básico)	7.476	4.513
Juros sobre capital próprio atribuídos aos dividendos	–	2.076
Dividendos adicionais propostos	22.427	19.766
Total de dividendos	29.903	26.355

Prática contábil

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

11.4. Resultado por ação

	2021	2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas	31.477	28.230
Quantidade de ações	40.577.412	40.577.412
Lucro líquido básico e diluído por ações (R$ por ação)	0,78	0,70

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da empresa pela quantidade de ações. Não existem ações potenciais com efeitos de diluição (ex: instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

12. Receita de venda de energia

	2021	2020
Venda de energia elétrica ACL - Partes relacionadas (i)	155.944	112.418
Venda de energia elétrica ACL - Terceiros (i)	3.857	1.735
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (ii)	11.660	399
Encargos de vendas	(15.158)	(10.612)
Total	156.303	103.940

(i) Receita de venda de energia com contratos bilaterais no Ambiente de Contratação Livre.

(ii) Receita de liquidação financeira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

O aumento da Receita de vendas decorre do maior PMR – Preço Médio de Realização (R$276,36 em 2021 e R$ 228,10 em 2020).

Prática contábil

Os contratos com clientes da Companhia envolvem a venda de energia elétrica.

A Companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os bens e serviços distintos prometidos em cada um deles.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Companhia satisfaz à obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo no ato da entrega do produto.

13. Custos e Despesas por natureza

13.1. Custo de energia vendida

	2021	2020
Energia elétrica para revenda - Partes relacionadas	(23.644)	(13.182)
Energia elétrica para revenda - Terceiros	(86.800)	(48.801)
Total	(110.444)	(61.983)

O aumento do Custo de energia decorre do maior CMA – Custo Médio de Aquisição (R$ 195,28 em 2021 e R$ 136,03 em 2020).

13.2. Despesas de Vendas

	2021	2020
Reversões de perdas de crédito esperadas	61	16
Total	61	16

13.3. Despesas Gerais e Administrativas

	2021	2020
Compartilhamento de gastos com a Petrobras	(1.991)	(2.026)
Contribuições de agente à CCEE	(126)	(332)
Serviços contratados e encargos gerais	(296)	(441)
Honorários Diretoria Executiva e Conselho Fiscal	(47)	(77)
Aluguéis e taxas de imóveis	(20)	(13)
Depreciação e amortização	(17)	(17)
Total	(2.497)	(2.906)

14. Outras receitas (despesas), líquidas

	2021	2020
Contingências judiciais	1.336	(15)
Recuperação de créditos PIS/COFINS	340	–
Total	1.676	(15)

A variação de contingências judiciais deve-se a processo de natureza tributária com saldo de R$ 2.869 em 31 de dezembro de 2020, com quitação definitiva da obrigação pelo montante de R$ 1.533 em 2021, conforme detalhado na nota explicativa 17.

Adicionalmente, a recuperação de créditos refere-se à exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS de exercícios anteriores da TMC, transitado em julgado em favor da PBEN em 21 de setembro de 2021.

15. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas financeiras	**2.019**	**2.425**
Receitas com aplicações financeiras e recebíveis de ativo financeiro	2.018	2.221
Juros recebidos de clientes e outros	1	204
Despesas financeiras	**(25)**	**(31)**
Despesas com arrendamentos mercantis	(14)	(19)
Outras despesas financeiras, líquidas	(11)	(12)
Resultados de variações monetárias, líquidos	**533**	**256**
Atualização de impostos e contribuições a recuperar	486	137
Atualização monetária - CCEE e outras	47	119
Total	**2.527**	**2.650**

16. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2021	2020
Valores pagos e recebidos durante o exercício		
Imposto de renda e contribuição social	14.431	3.050
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	5	322
	14.436	3.372

17. Processos judiciais e contingências

A Companhia, em função da incorporação da Termomacaé Comercializadora de Energia S.A. – TMC, passou a ter reconhecido em seu Passivo não Circulante, uma Provisão para processos Judiciais (R$ 2.869 em 31 de dezembro de 2020).

O valor provisionado referia-se a processo de natureza tributária, referente à execução fiscal para a cobrança de débito fiscal oriundo de compensação não homologada de indébito decorrente de autuação fiscal e de pagamento a maior de PIS e COFINS de várias competências. A baixa dessa provisão ocorreu em setembro de 2021, em função da quitação definitiva da obrigação fiscal pelo montante de R$ 1.533.

17.1. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	2021	2020
Fiscais	3.045	3.651
	3.045	3.651

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza fiscal, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

	Estimativa	
Descrição dos processos de natureza fiscal	**2021**	**2020**
Autor: Delegacia da Receita Federal 1) Processo administrativo fiscal oriundo de compensação não homologada de indébito decorrente de pagamento a maior de COFINS de 2013. Situação atual: Aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto ao CARF (2ª instâncias administrativa).	100	98
Autor: Delegacia da Receita Federal 2) Processo administrativo fiscal oriundo de compensação não homologada de indébito decorrente de pagamento a maior de COFINS de fevereiro de 2004. Situação atual: Processo de 1ª instância administrativa. Apresentada a manifestação de inconformidade, aguarda-se a decisão da Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro.	72	71
Autor: Receita Federal do Brasil 3) Processos Administrativos - Tributário - Saldo negativo de IRPJ do exercício de 2007. Discute-se a compensação feita via PER/DCOMP. Situação atual: Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto ao CARF (2ª Instância administrativa).	2.070	2.040
Autor: Receita Federal do Brasil 4) Processos Administrativos - Tributário - Processo administrativo fiscal oriundo de compensação não homologada de saldo negativo de IRPJ, exercício de 2010. Processo administrativo encerrado no 4º trimestre de 2021, devido à decisão administrativa que julgou procedente a manifestação de inconformidade apresentada pela PBEN.	–	524
Autor: Receita Federal do Brasil 5) Processo administrativo fiscal oriundo de compensação não homologada de saldo negativo de CSLL, exercícios de 2007 e 2008. Situação atual: Aguarda-se a intimação do julgamento em 1ª Instância Administrativa para avaliação das eventuais providências cabíveis.	803	766
Autor: Receita Federal do Brasil 6) Processo administrativo oriundo de compensação não homologada de saldo negativo de IRPJ, 4º trimestre de 2014. Situação atual: Processo oriundo de compensação não homologada de saldo negativo de IRPJ, foi objeto de ação anulatória com sentença integralmente favorável a PBEN.	–	152
Total de processos de natureza fiscal	3.045	3.651
Total de processos	3.045	3.651

Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Ativos e Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

18.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 não foram identificados derivativos embutidos.

continua

Petrobras Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ Nº 05.195.759/0001-90 (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

continuação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da PBEN em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e estão demonstradas abaixo:

	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	1
Contas a receber - clientes	19.541	14.405
Contas a receber - FIDC	65.517	57.497
	85.061	71.903
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	9.046	6.693
	9.046	6.693

O principal ativo financeiro da Companhia é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, que não possui a característica de negociação em mercados organizados, exceto os montantes classificados como contas a receber – FIDC, que estão mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

18.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado, com exceção do contas a receber – FIDC. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

18.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão da Petrobras Comercializadora de Energia S.A. é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

18.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a empresa segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

18.4. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e investimento em recebíveis de ativo financeiro, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

O risco de crédito associado às contas a receber de clientes é mitigado por prerrogativas legais para a suspensão de prestação de serviços a inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda e compra de energia, realizadas no âmbito do processo de liquidação financeira na CCEE, está sujeita a modificação, dependendo de decisões judiciais ainda em andamento, movidas por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da regra de rateio da inadimplência no mercado.

18.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa e recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente para aquisição de energia elétrica para revenda e pagamentos de dividendos. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras. Os passivos financeiros da Companhia possuem vencimento no curto prazo.

19. Contratos para compra e venda de energia

As operações de compra e venda de energia foram contratadas para comercialização com consumidor final dentro do Grupo Petrobras. Desta forma, as contas a receber e a pagar relativas a tais contratos estão mensuradas ao custo amortizado.

As receitas e os custos nominais futuros, baseados nos preços contratados estão demonstrados abaixo:

	Receita	Custo
2022	152.246	(107.452)
2023	118.246	(100.560)
2024	118.582	(99.495)
	389.074	(307.507)

Diretoria Executiva

MARCELO DE ANDRADE
Diretor Presidente Interino

MARCELO DE ANDRADE
Diretor

LUIS RAMOS COIRADAS
Diretor

EDUARDO SEIXAS
Contador
CRC-RJ-087203/O-6

Parecer do Conselho Fiscal

Senhor Acionista,

O Conselho Fiscal da Petrobras Comercializadora de Energia S.A. – PBEN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, acompanhadas pelas Notas Explicativas e o Relatório de Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, à luz do Parecer dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, de 07 de março de 2022, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho fiscal, por unanimidade, com base nos exames efetuados, na exposição dos administradores, bem como no parecer emitido sem ressalvas, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Petrobras Comercializadora de Energia S.A. – PBEN.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2022.

José Antônio de Sousa Meireles
Presidente do Conselho Fiscal

Ana Cristina Bittar de Oliveira
Conselheira Fiscal

Mario Jorge da Silva
Conselheiro Fiscal

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Diretores da **Petrobras Comercializadora de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras ("CAECO")

Em sua reunião nº 87, de 03/03/2022, o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras manifestou-se no seguinte sentido: "Principais Resultados, Contingências Jurídicas e Aspectos Gerais da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Petrobras Comercializadora de Energia S.A. ("PBEN") – Exercício 2021. O Diretor Presidente interino da Petrobras Comercializadora de Energia S.A. ("PBEN") Marcelo de Andrade apresentou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da PBEN, dando conhecimento ao Comitê de que a auditoria KPMG emitirá relatório sem ressalvas e com uma ênfase em "Transações com Partes Relacionadas". O CAECO, no uso de suas atribuições, tomou conhecimento das informações apresentadas e recomendou ao órgão competente da PBEN a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2022.

Michele Moraes Fukumoto
Coordenadora da Gerência de Suporte ao Conselho de Administração